



A CIDADE GRADEADA PELO MEDO: PESTE E DOENÇA EM CAMPINA GRANDE NO INÍCIO DO SÉCULO XX¹

Iranilson Buriti de Oliveira *

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

iburiti@yahoo.com.br

Flávio André Alves Britto **

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

britto.faa@gmail.com

RESUMO: Este artigo faz uma leitura da cidade de Campina Grande ante à ameaça da peste bubônica de 1912. Nesse período, a cidade vivencia um dos mais dramáticos episódios daquele fatídico ano: a chegada da peste bubônica e o surto de doentes que cada dia aumentava mais. Preocupados com tal episódio, uma série de políticos e intelectuais unem-se para “salvar” a cidade e os seus habitantes, utilizando a imprensa como um veículo educativo para fazer circular as idéias sobre prevenção, tratamento e higienização. O Jornal A Imprensa ganha estatuto de um “manual” educativo, no qual o médico responsável pela Diretoria de Higiene, Dr. Teixeira de Vasconcelos, veicula suas narrativas sobre a peste bubônica. Desta forma, um dos objetivos desta narrativa é mostrar a imprensa como um espaço de educação de corpos e mentes e o médico como um educador de sentidos, de posturas, de maneiras corretas para se livrar da peste e da morte.

PALAVRAS-CHAVE: Peste Bubônica – Campina Grande – Saúde

ABSTRACT: This article takes a reading of Campina Grande versus the threat of bubonic plague in 1912. During this period the city experienced the most dramatic episodes that fateful year: the arrival of bubonic plague and the surge of patients that each day grew more. Concerned about this episode, a number of politicians and intellectuals unite to “save” the city and its inhabitants, using the press as an educational vehicle for circulating ideas about prevention, treatment and hygiene. The newspaper A Imprensa won a status of “manual” education, in which the doctor responsible for the Department of Hygiene, Dr. Teixeira de Vasconcelos, conveys his narratives about the plague. Thus, one objective of this narrative is to show the press as an area of education bodies and minds and the doctor as an educator senses, posture, right of ways to get rid of the pestilence and death.

KEYWORDS: Bubonic Plague – Campina Grande – Health

¹ Agradecemos ao CNPQ pelo apoio à pesquisa.

* Professor Doutor da Unidade Acadêmica de História da UFCG.

** Graduado em História – Universidade Federal de Campina Grande.

A “verdade” está circulatoriamente ligada a sistemas de poder, que a reproduzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” de verdade

Michel Foucault

A doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social; a esse respeito ela torna freqüentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e as tensões que os traspassam

Jacques Revel, Jacques; Jean-Pierre Peter

Verdade e poder, ou melhor, verdade é poder. Os dois conceitos devem ser fragmentados apenas para facilitar uma verticalização do problema, porém, possuem uma relação de existência e persistência na história da humanidade. Para Foucault, a verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade é produzida, fabricada, lapidada cuidadosamente pelo mundo. É um campo de batalha sangrento, onde vários enunciados se digladiam para produzir efeitos regulamentados de poder. Influenciado pela esteira nietzschiana-heideggeriana, o filósofo compreende que cada sociedade apropria para si vários “regimes de verdades”, ou seja, “os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como enunciados verdadeiros... o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”.²

Assim, algumas instituições capitalistas se sustentam pela existência de aparelhos e práticas que favorecem a governabilidade, seja por estratégias ou táticas presentes nas relações de poder ou de produção de verdades.³ O saber médico ou a medicina é uma estratégia bio-política, é um dispositivo de saber/poder, normativo e disciplinar, capaz de produzir verdades sobre o corpo humano que conseqüentemente, insurge sobre o corpo urbano, na instauração de práticas sanitárias em nome da higiene urbana, social e pessoal. O poder político atribuído à medicina social visava distribuir, isolar, individualizar os sujeitos, estabelecer regras formais de inteligibilidade, nem

² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 12.

³ SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA. **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Clara Luz, 2004.

sempre seguidas à risca, mas define condições da possibilidade de compreensões de tais discursos numa dada sociedade.

Embasado nesse pressuposto teórico-metodológico, nosso olhar se desloca para a Repartição de Higiene Pública da República da Parahyba, fundada em 1911 e instituída pelo presidente de Estado João Lopes Machado através do decreto nº 494 de 8 de junho do mesmo ano. Em sua mensagem, o presidente, citando Hebert Spencer, compreende que “a lei não é criação, ella representa o producto natural do character do povo”.⁴ No entanto, questionamos, as leis higiênicas e sanitárias modificaram os costumes dos parahybanos neste momento? Como se comportou o corpo urbano quanto a estas práticas? Como a instituição se desenvolveu (ou não) enquanto dispositivo estratégico de saber/poder para modelar os indivíduos paraibanos?

A afirmação de Revel-Petter, citada acima, nos faz (re)pensar o papel que a doença tem em relação ao homem, ao espaço e à história. A doença tem passagem obrigatória nos manuscritos das narrativas, desde historiadores antigos até os mais modernos e não seria surpresa presenciarmos uma profunda preocupação quanto a isso, haja vista que é um elemento participativo-interativo do ser humano durante sua história. Desta maneira, nós como historiadores podemos nos apropriar dela, enquanto objeto, para refletir um emaranhado de questões, saindo de um plano de análise puramente natural da doença para historicizá-la.

Através destes dois surtos epidêmicos na Parahyba da primeira república (peste bubônica e peste variólica), pretendemos problematizar: a) a instauração de práticas médicas de organização sócio-espacial; b) os saberes médicos-científicos e as instituições higiênicas como o Serviço de Higiene Pública, em 1911, responsável pela polícia sanitária, vigilância médica, desinfecção e vacinação; c) o Instituto Vacinogênico instalado em 1914. Metodologicamente, analisamos fontes jornalísticas e Relatórios de Estado, entendendo-os como espaço produtores de verdades, ao mesmo tempo, evidenciando como estes discursos são plurais e singulares em relação à saúde, à doença, à assistência médica e ao próprio recorte paraibano. Estes sujeitos-autores inventaram um discurso de uma Parahyba que tem tudo para ser saudável, limpa, mas ainda se vê distante dos ideais de modernidade expressos pela higiene e pela sanitização.

⁴ João Lopes Machado, mensagem presidencial, 1911.

A PESTE BUBÔNICA E A VARÍOLA

Campina Grande, 1912. Ratos perambulam em terras campinenses. A partir deste ano, começa-se a circular em alguns jornais parahybanos, principalmente o jornal *A Imprensa*, uma constante preocupação (e porque não dizer pavor) da peste de ratos, não só em Campina Grande, mas em todo o estado da Parahyba. Campina Grande, ponto de fluxo da mercadoria algodoeira na época, estava sendo referida como socializadora, também, do mal bubônico, prescrevendo uma cidade, ao mesmo tempo, integradora de produtos econômicos como de doenças. A peste bubônica, como nos esclarece Lenilde de Sá, já havia atingido várias cidades portuárias, como em Santos em 1889, Recife em 1902, Rio de Janeiro em 1905 e no Maranhão em 1908, levando o então médico Flávio Maroja, responsável pelos recursos da Inspetoria de Saúde do Porto, a conhecer as medidas profiláticas que a chefia do serviço de higiene do Recife estava implementando para extinção da peste.⁵

A preocupação dos habitantes, inicialmente, era saber se realmente se tratava da peste bubônica ou não, pois que, embora a peste tivesse um “caráter benigno”, como expressou o dr. Seixas Maia ao Jornal *A Imprensa*, já teria feito 21 (vinte e um) mortos no mês de outubro de 1912. Ao que se parece, a dedicação aos interesses higiênicos e públicos da cidade partiu dos comerciantes de Campina Grande e não dos políticos locais. Após a ida ao Recife do Dr. Octavio de Freitas, diretor de Higiene Pública, foi diagnosticado, através de um exame bacteriológico, tratar-se evidentemente da peste bubônica, concordando assim com a opinião dos médicos Dr. Teixeira de Vasconcellos, Octavio Ferreira Soares, Lemos Junior, Chateaubriand, Seixas Maias e Costas Gondim.⁶ O reconhecimento por parte da ciência médica aguçava ainda mais o medo tanto da cidade de Campina Grande, por abrigar os roedores, como a cidade da Parahyba, por sentir-se ameaçada pela eminente praga.

A verificação do diagnóstico se consuma como fator decisivo para as medidas enérgicas que deveriam ser tomadas a partir de agora. Segundo o redator do *A Imprensa* o exame seria “o único meio capaz de afirmar ou desmentir

⁵ SÁ, Lenilde Duarte. 1912: O ano em que a peste bubônica atingiu Campina Grande e amedrontou a cidade da Parahyba. *Saeculum* – Revista de História – nº 6/7, p. 183-194, Jan/Dez/2000/2001.

⁶ A bubônica em Campina Grande. Os tellegramas d’A Imprensa. *A Imprensa*, Parahyba. Segunda feira, 7 de Outubro de 1912.

cathegoricamente ser realmente peste bubônica a doença estranha”.⁷ Antes de se combater, deveria haver a verdadeira orientação do que era a doença, seus sintomas e, principalmente, seu tratamento. Esta sistematização foi apreendida também pelos médicos de Campina Grande, ao verificarem casos de peste bubônica através da alusão de alguns sintomas nos doentes como febre, dores pelo corpo, ínguas e os bubões. Percebe-se um enquadramento da doença, enquanto manifestação visível, fenomênica e não uma realidade incognoscível ou inacessível. A doença, na passagem do século XVIII para o XIX, como estudou Foucault, é um conjunto de sintomas capazes de ser percebidos pelo olhar.⁸ O olhar médico começava a perscrutar a doença, revelando-a e desmascarando-a. A doença deixa de ser um objeto estranho para tornar-se compreensível, diagnosticável.

O correspondente de Campina Grande do jornal **A Imprensa**, em 7 de outubro de 1912, relata um curioso caso de um preso que é recolhido à cadeia pública do monsenhor Salles, pelo simples motivo de se recusar a carregar um pestilento ao cemitério, justificando estar ocupado levando uma bandeja de café para as senhoras da matriz. O tal rapaz foi considerado um criminoso, mas se achava no direito de não carregar um corpo doente, marcado pela peste bubônica e trazer para si o mau indesejado através do contágio, haja vista que o Dr. Teixeira recomendava que “a população mantivesse uma vida regrada, sem vícios, evitasse o contato com produtos advindos dos doentes e repelisse o convívio com ratos, pulgas e outros”.⁹ Este fragmento nos faz pensar a mentalidade dos cidadãos quanto ao contágio, à aproximação dos corpos sujos, doentes e debilitados através de um discurso higiênico produzido na modernidade.

Percebemos como a definição da peste foi embasada sob o enfoque da teoria pasteuriana emergente a partir de 1870-1880, nos aspectos etiológicos, epidemiológicos e microbiológicos ou, “a doença que se pega”, frase cunhada por Sebastião Barroso.¹⁰ A teoria de Pasteur enumera os vírus, as formas microbianas e a inseminação dos germes

⁷ Jornal **A Imprensa**, Parahyba, 7 de out.2012.

⁸ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

⁹ SÁ, Lenilde Duarte. 1912: O ano em que a peste bubônica atingiu Campina Grande e amedrontou a cidade da Parahyba. **Saeculum** – Revista de História. nº 6/7, p. 183-194, Jan/Dez/2000/2001

¹⁰ HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento** – As bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2006.

como um saber objetivado, reforçando o discurso positivista do século XIX.¹¹ Entretanto, a higiene, segundo Georges Vigarello, não poderia se reduzir, apenas, ao funcionamento da prova, mas um discurso que comporta em si mesmo vertentes imaginárias. Desta forma, a higiene muda de definição e o micróbio se torna sua referência negativa. É a invasão do infinitamente pequeno; o invisível aterrorizando o mais forte.¹² O horror não estaria pelo que se é visível, mas justamente pelo que não se pode ver. Os ratos apenas eram a materialização de um mal maior que eles carregavam em si mesmos.

O jornal **A Imprensa**, veiculador assíduo sobre as informações da peste, trazia o contraste comum a uma cidade grande, prestigiada pelo comércio do algodão, mas que não tinha o mais insignificante serviço de higiene pública. Nas palavras desafiadoras do Dr. Paulo Affonso, a peste na cidade parecia um evento esperado, pois não havia qualquer organização higiênica na cidade que impedisse o alastramento dela, ao contrário, as casas continuavam “sem latrinas, os quintaes sem esgoto, o açude sem sangradouro, servindo de receptaculo a todas as dejectões, as ruas sujas, os hotéis sem asseio, não poderia deixar de sofrer, mais dias menos dias, a invasão de uma doença aterrorisadora, como o é a *peste bubônica*”.¹³

O único ponto positivo da peste era uma intensa (re)visitação quanto aos caminhos da política médica na cidade que, segundo o jornal, estava apática quanto aos acontecimentos. O Dr. Paulo Affonso, ao declarar tal descrédito político, chama a atenção dos leitores para não confundir seu posicionamento, como um desejo da queda do então prefeito Cristiano Lauritzen e a subida do Sr. Affonso Campos, porém uma questão de “consciência patriótica”. Entendemos que esta consciência patriótica que ele atribuiu a si mesmo, se confundia com uma consciência higiênica não só do ser humano, mas do ser urbano. A “ordem” e o “progresso” seriam códigos que a cidade não estava compartilhando naquele momento, assim, é entendida não como uma cidade que abriga pestilentos, apenas, mas um espaço, propriamente, doente. Neste sentido não eram só os

¹¹ É válido salientar como o discurso médico-científico da modernidade é instituído do poder de dizer a “verdade” ou como lugar de onde se a produz. Neste progresso das ciências humanas estariam enunciados o positivismo comteano, o darwinismo social spenceriano e a antropologia criminal lombrosiana. Cf. AGRA, Giscard. **A urbs doente medicada**. A higiene na construção de Campina G(g)rande. 1877-1935. Campina Grande: Marcondes, 2006.

¹² VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo** – A higiene do corpo desde a Idade Média. Tradução: Isabel Aubyn. Lisboa: Fragmentos, 1985, p. 161.

¹³ **A Imprensa**, Parahyba, 10 de outubro de 1912.

doentes que precisavam dos médicos, mas a cidade enquanto materialidade necessitava urgentemente ser cirurgiada em nome do progresso. A imagem da cidade estava sendo manchada pela bubônica. O caos estava denunciado nas casas que recebiam as notícias através dos telégrafos e dos jornais locais. O medo batia às portas da cidade, acompanhado pelo pavor que incandescia a áurea da civilização, de uma cidade que pretende ser grande, progressista, moderna. Movimentada pelo comércio, a cidade assistia pasma ao movimento de ratos, de doentes morrendo aos poucos e o temor do contato com o “outro”, enfermo.

Continua aqui a mortandade dos ratos e gatos. Hontem verifiquei casualmente que haviam ratos mortos pela rua. Não foi tomada nenhuma providencia sobre o pessimo estado hygienico da cidade: os porcos continuam a perambular a cidade como se fossem cidadãos estrangeiros em terra conquistada; os quintaes das casas são verdadeiras estrumeiras. É a porcaria triumphando!
Para quem apellar?...¹⁴

Não eram os ideais republicanos e higiênicos que triunfavam, era a “porcaria”. O sarcasmo do correspondente do **A Imprensa** atestava a precariedade sanitária da cidade de Campina Grande. Como os estrangeiros se sentiriam ao ver a rainha do algodão tendo como “cidadãos” os porcos e os ratos? A autoridade pública parecia não estar atenta a imagem que estava sendo formada para a cidade de Campina Grande, detectada na falta de desdobramentos quanto à peste nas mensagens do presidente João Pereira Castro Pinto em 1913. O nível alarmante que o **A Imprensa** expressa, não se vê na mensagem presidencial, pois as irrupções não teriam chegado à capital, graças, segundo ele, “à acção purificadora dos ventos reinantes, bem como sobre a grande arborização, infelizmente cada vez mais devastada pela incúria e egoísmo dos habitantes desta zona”.¹⁵ Ou seja, o próprio presidente admitia que a não proliferação da peste não estava atrelada a medidas governamentais quanto a saúde pública, mas uma interdição que a própria natureza fez o favor de atuar. Nem apenas mencionou que o Dr. João Lopes Machado (ex-presidente, em 1912), atendido pelo governo federal, enviou a Campina Grande um comissão de médicos fluminenses incumbidos de adotar medidas necessárias à extinção da peste e meios para prevenir a sua invasão em outras partes do estado.

¹⁴ **A Imprensa**, Parahyba, 10 de Outubro de 1912.

¹⁵ PINTO, João Pereira Castro. **Mensagem presidencial**. Mensagem apresentada à Assembleia do Estado da Parahyba em 1º de Outubro de 1913.

O inimigo que não podia ser visto amedrontava o corpo urbano e, apesar de ser reconhecida oficialmente a doença, ainda não se tinha tomado medidas necessárias para evitar a propagação do referido mal. A peste estava na embocadura do sertão e um “dia de viagem” para a capital, lembrando que o trem ia e vinha de Campina Grande para a Parahyba constantemente. A preocupação não deveria estar somente no cuidado com os pestilentos e na vacinação do povo, mas na instauração de outros serviços como a desinfecção dos carros da companhia *Great Western* e o isolamento dos enfermos. O trem além de compartilhar as novidades das notícias, da moda e dos costumes, compartilhava as doenças, os ratos, o horror, o medo. O símbolo da modernidade estava agindo em favor, mesmo que contraditoriamente, do caos, do atraso, o lugar onde a cidade repugnava permanecer em ficar. Para o **A Imprensa** era urgente cessar o tráfego das linhas férreas entre a cidade e as outras localidades e, enquanto não fosse tomada esta medida, fosse realizado um rigoroso serviço de desinfecção nos comboios.

Lenilde de Sá nos lembra que as determinações do decreto nº 494 de 8 de Junho de 1911, mostrava que o incipiente serviço de higiene estava restrito à cidade da Parahyba, por sua vez dependente da capital da República. Da solicitação de remessa de 100 tubos de *serum anti-pestoso*, 50 seriam destinados à Campina Grande, unidades que o Diretor desconhecia sua aplicação. A questão de Sá é bastante pertinente quando pergunta o que seriam 50 tubos para prevenir a peste numa população local de 10.000 habitantes. Praticamente insignificante.¹⁶ O recente serviço de higiene da capital ainda não estava inteiramente organizado e não poderia dar suporte às deficiências que estava ocorrendo no interior do estado.

Já não bastasse a praga que acometia Campina Grande e rodeava a capital, esta estava ameaçada por outra iminente praga: a varíola. Já no mês de janeiro de 1913, têm-se notícias de casos gravíssimos do *morbus* que, se não averiguados urgentemente, assumiria um caráter epidêmico devastador. A varíola, aliada com a tuberculose, assustava os moradores da capital e, mais uma vez, o problema da saúde pública é colocada em jogo. A última epidemia de varíola foi verificada em 1906, acentuando-se drasticamente em 1907. Lembranças de dores que não poderiam acontecer novamente. O presidente de estado, Castro Pinto, em 1913, via na criação de um hospital de isolamento para doentes de moléstias epidêmicas um melhoramento inadiável, e junto

¹⁶ SÁ, Lenilde Duarte. 1912: O ano em que a peste bubônica atingiu Campina Grande e amedrontou a cidade da Parahyba. **Saeculum – Revista de História** – nº 6/7, p. 183-194, Jan/Dez/2000/2001.

com o diretor de Higiene Pública teriam comprado um terreno para construção da instituição.¹⁷

O hospital de isolamento seria uma medida em médio-longo prazo. No entanto, só existia de fato no papel. A preocupação, não só do presidente, mas do diretor de Higiene e de médicos paraibanos era a mentalidade do povo contra a viabilidade da vacina.

É certo que nas classes inferiores ainda domina o preconceito ignorante do grande peccado de “botar peste no corpo” na recusa que se faz em aceitar a vacinação anti-variólica.

É preciso – e não se me diga o contrario – que a epidemia de varíola derrame-se pelos centros onde ella irrompe; faz-se preciso que ella espalhe o terror, ceife vidas preciosas, para que a população procure immunisar-se, acceitando aquillo que se lhes offerece de bom grado, gratuitamente, e muitas vezes sob rogos e supplicas.¹⁸

Maroja se sentia perturbado quanto ao obstáculo ao progresso da higiene no estado e ao preconceito ignorante do grande pecado de “botar peste no corpo”, recusando a aceitar a vacinação antivariólica. Segundo Castro Pinto, “se a mentalidade do nosso povo reagisse contra certos preconceitos, acceitando espontaneamente a única prophylaxia infallivel... essa epidemia estaria de todo extincta no nosso paiz”. Temos então um debate político ferrenho em torno da vacina ser ou não obrigatória. O médico Flávio Maroja, rememorando a frase do higienista carioca Oswaldo Cruz “hoje só tem varíola quem quer”, desloca a culpa do mal epidêmico para a população ignorante quanto à prática vacinal. Seu brado higiênico ao jornal **A Imprensa** era: “Vaccinem-se! Revaccinem-se!”. Esse “despotismo sanitário” teve eco nos empreendimentos do prefeito carioca Pereira Passos, no alargamento de avenidas e ruas e do médico Oswaldo Cruz, na adoção de medidas contra a febre amarela e depois, com a peste bubônica, na exigência de exterminação de ratos e pulgas, como na limpeza e desinfecção de ruas e casas.¹⁹

Flávio Maroja chama a atenção para a eficiência do Parlamento Alemão ao estabelecer a vacinação obrigatória no país em 1875, e como esta aplicação legal teve resultados benéficos para exterminar o mal na Alemanha. O médico paraibano não era

¹⁷ PINTO, João Pereira Castro. **Mensagem presidencial**. Mensagem apresentada a Assembléia do Estado em 1º de Outubro de 1913. Parahyba.

¹⁸ MAROJA, F. A varíola. **A Imprensa**, Parahyba, 25 de agosto de 1913.

¹⁹ CARVALHO, José Murilo. Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina. In: _____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

um adepto da idéia alemã, mas apoiaria tal decisão se a rejeição a vacina persistisse em acontecer. Neste “manifesto”, Maroja expõe o papel que o Estado pode e deve exercer no combate e prevenção das moléstias epidêmicas, pois à medida que se tinha um progresso da medicina e da higiene, as bases do governo se tornam sólidas para ampliar a legislação sanitária.

Em 1914, segundo mensagem presidencial, a vacinação sistemática não causava mais tantas rejeições, mas ainda presenciava a falta de aceitação da vacina *Jenner* (antivariólica), introduzida no Brasil em 1801, tornando-se obrigatória em 1837 no Rio de Janeiro. No entanto, a presença efetiva do estado na saúde pública vai ganhando contornos cada vez mais específicos. A afirmação de Maroja sobre a atuação estatal pode ser notada na fundação do Instituto Vacinogênico que segundo Castro Pinto foi uma inspiração dos médicos Eustachio de Carvalho e Flavio Maroja. Porém, o Instituto não seria capaz de eliminar a varíola da capital, pois os mosquitos transmissores tinham seus abrigos nos esgotos da cidade. Mais uma vez, o corpo urbano é colocado na mesa cirúrgica e seu médico é o engenheiro Dr. Saturnino de Brito, reconhecido internacionalmente, conciliava problemas higiênicos com saneamento da cidade, modernizando sistemas de abastecimento de água e de esgoto, como fez no Recife.

As outras causas de mortandade encontram-se, certamente, nos defeitos architectonicos dos nossos domicílios, na ignorância hygienica do povo e, especialmente, na falta de uma rêde de exgottos indispensável ao asseio da cidade e da mesma população.

Sem exgottos não é possível a hygiene publica de cidade alguma e, particulamente a da Parahyba do Norte, onde certas condições mesologicas, entranhadas no costume do povo e accrescidas pelos defeitos da construcção predial, actuam consideravelmente sobre factoes pathogenos existentes por toda parte.²⁰

O problema da higiene é um diálogo constante entre o corpo humano e urbano. As transformações e conseqüências são para ambas as partes. O que nos interessa é perceber como esta experiência parahybana não esta dissociada com a realidade ao qual o país se insere. O Brasil era metaforizado como um “grande sertão doente” ou um imenso hospital, como disse Miguel Pereira. O impacto público da divulgação do relatório da expedição médico-científica do Instituto Oswaldo Cruz, chefiado por Belisário Penna e Artur Neiva. Depois de percorrer o norte da Bahia, sudoeste de

²⁰ HOLLANDA, Francisco Camillo de. **Mensagem presidencial**. Mensagem apresentada a Assembléia do Estado em 1º de setembro de 1917. Parahyba.

Pernambuco, sul do Pará e o Goiás realizaram a chamada “redescoberta do Brasil”, onde nos sete meses realizaram um amplo levantamento (também fotográfico) das condições climáticas, socioeconômicas e nosológicas. O Brasil seria um imenso Sertão, sinônimo de abandono, ausência de identidade nacional e difusão de doenças endêmicas. Nas palavras de Afrânio Peixoto, o Sertão começa no fim da Avenida Central/Rio Branco.²¹

Dessa forma, a emergência do corpo paraibano como estudo por historiadores nos permite visualizar lugares poucos visitados, ainda obscuros para a história da saúde e da doença em nível estadual. Nossa preocupação foi evidenciar entre os anos 1912-14, como se comportava o corpo paraibano, incluindo os médicos, diante de eminentes pestes, a exemplo da bubônica e da varíola. Um século depois da bubônica, outros ratos ainda assustam o cenário paraibano.



www.revistafenix.pro.br

²¹ HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento** – As bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2006.